

A ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA-POLÍTICA OPERÁRIA E A REVOLUÇÃO CUBANA NOS ANOS 1960

Jean Rodrigues Sales^{1}*

RESUMO: A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária foi um dos vários agrupamentos da chamada Nova Esquerda brasileira. Surgida em 1961, ela tinha como principais reivindicações a independência das organizações dos trabalhadores e a defesa do socialismo. Discuto neste artigo um aspecto pouco mencionado de sua trajetória: as possíveis influências das ideias cubanas no decorrer de sua história. Nesse aspecto, apesar do esforço de seus membros em estudar e compreender o movimento revolucionário cubano anteceder o ano de 1964, foi no período pós-golpe que a influência cubana apareceu fortemente em seus debates internos, no momento em que seus militantes discutiam caminhos e formas de atuação na luta contra a Ditadura Militar implantada no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Nova esquerda. Revolução Cubana. Luta armada.

ABSTRACT: The Marxist-Political Labor Revolutionary Organization was one of the several groups of the so-called New Left in Brazil. Founded in 1961, its main claims included the independence of workers' organizations and the defense of socialism. This article discusses a rarely mentioned aspect of its path: the possible influence of Cuban ideas throughout its history. In this sense, despite the efforts of its members to study and

¹ * Professor da graduação e pós-graduação em história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

understand the Cuban revolutionary movement prior to 1964, it was only after the military coup that strong Cuban influences would emerge in their internal debates, at a time when its militants were discussing ways and means of action in the struggle against the military dictatorship that had been established in Brazil.

KEYWORDS: New left. Cuban Revolution. Armed struggle.

Introdução

A Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (ORM-Polop), surgida em fevereiro de 1961, representou um fenômeno novo em um cenário no qual a contestação à hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) vinha há décadas sendo feita por setores trotskistas, os quais não lograram nem uma influência efetiva entre os setores de esquerda, nem uma atuação significativa junto aos movimentos de massa. A Polop, como era conhecida, por sua vez, mesmo não tendo chegado a desempenhar tampouco papel preponderante nos movimentos sociais, aparece com propostas teóricas que foram debatidas por amplos setores da esquerda antes e depois do Golpe de 1964.²

² Para a discussão de aspectos variados sobre a história da organização, ver: REIS, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop. In: FERREIRA, J; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *As esquerdas no Brasil. Vol 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-71. MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil. Vol. V*. Campina: Editora da Unicamp, 2002. GARCIA, Marco Aurélio. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Em tempo*, São Paulo, n. 84, 4 a 10 out.1979. LEAL, L. P. *Política Operária: a quebra do monopólio político teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. 1992, 261 p. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992. ROLLEMBERG, Denise. *A ideia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática: 1998.

A principal contribuição teórica da Polop foi uma análise da sociedade brasileira que se afastava das ideias do PCB e de outras organizações que surgiram no período anterior a 1964. Em sua concepção, a economia brasileira seria plenamente capitalista e a burguesia nacional era associada ao imperialismo, não restando outro caminho ao proletariado senão o da independência política e da revolução socialista. Essa ideia contrastava, por exemplo, com as análises do PCB segundo as quais o Brasil não havia desenvolvido plenamente uma economia capitalista. Nessa situação, a tática política adequada era a de uma aliança com a burguesia nacional com o objetivo de desenvolver plenamente o capitalismo para, em uma segunda fase, colocar na agenda política uma revolução socialista.

As propostas de independência dos trabalhadores em relação ao reformismo representado pelo PCB e à forte corrente nacionalista, assim como a defesa da revolução socialista, amplamente expostas no pré-1964, tiveram de se submeter a uma nova fase com a eclosão do golpe militar. Neste momento, a Polop se viu atraída pelo ideário revolucionário cubano e tentou mesclar duas estratégias revolucionárias que não se mostraram compatíveis: a insurreição de massas³ e o foco guerrilheiro.⁴

³ A expressão “insurreição de massa” deriva da experiência da Revolução Russa, que teria sido fruto de movimento amplo de massas, envolvendo operários, camponeses e soldados liderados pelo Partido Comunista e pelos operários. Parte importante das análises da Polop será inspirada nessa experiência.

⁴ Emprego a expressão foco guerrilheiro, ou foquismo, de forma ampla, como era utilizada entre as esquerdas nos anos 1960. Caracterizavam movimentos que, influenciados pela Revolução Cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas, sem a presença de um partido comunista. Acreditava-se que esse era caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as condições subjetivas, tarefa esta que a presença do *foco guerrilheiro* se encarregaria. Uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar a sua força até a tomada do poder. Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas.

Foi na tentativa de adequar a sua estratégia política às condições de luta contra a Ditadura, por meio da utilização do foco guerrilheiro, que a organização depositou suas energias na segunda metade dos anos sessenta. Como para outros agrupamentos do período, o caminho da opção e prática da luta armada não foi fácil e a Polop sofreu cisões nessa trajetória.

Procuramos neste artigo problematizar como a trajetória da Polop pode ser relacionada à influência cubana, sobretudo no que diz respeito às características de seu processo revolucionário. Em outras palavras, trata-se de entender como a luta armada, a posterior adesão dos cubanos ao socialismo e a postura crítica daquele país à política dos partidos comunistas influenciaram os debates e caminhos percorridos pela Polop nos anos 1960.

Pela natureza de nossos propósitos, utilizamos neste artigo fontes produzidas pela organização, tais como jornais, documentos internos, resoluções políticas e depoimentos de militantes. Procuramos, assim, analisar as relações da trajetória da Polop com o ideário cubano na década de 1960, tema pouco citado por estudiosos brasileiros.⁵

Socialismo e insurreição proletária

Quando o Congresso de fundação foi instalado na cidade de Jundiaí, interior de São Paulo, em 1961, a ORM-Polop contava com cerca de 20 delegados representando aproximadamente 100 militantes oriundos de diversos grupos e setores das esquerdas. Entre seus fundadores estavam membros da Juventude Socialista, da Guanabara; da Liga Socialista e da Juventude Trabalhista, de Minas Gerais; do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e de muitos militantes independentes. As suas influências eram variadas,

⁵ As relações da POLOP com a Revolução Cubana aparecem de forma esparsa na bibliografia especializada na história das esquerdas no Brasil e não foi objeto específico de nenhum dos autores citados neste artigo. O argumento central que adotamos aqui, por sua vez, aparece, sem ser desenvolvido, em artigos dos anos 1980 do jornalista Hamilton Cardoso e do historiador Marco Aurélio Garcia. Cf. CARDOSO, Hamilton. Um pouco da história da esquerda. *Lua Nova*, São Paulo, Vol. 1, n. 3. p. 45, dez. 1984. GARCIA, M. A. op. cit.

passando por August Thalheimer, dirigente do Partido Comunista Alemão nos anos 1920 e Nicolai Bukharin, bolchevique morto por Stalin nos anos 1930. Além das leituras de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo. Tudo isso, em grande parte, filtrado pela experiência de seu principal mentor intelectual, o comunista austríaco Eric Sachs.⁶

O que unia essa diversidade de tendências, de acordo com Theotonio dos Santos, era a crítica à linha política adotada pelo PCB em 1958, que propunha uma aliança com a burguesia para completar as tarefas democrático-burguesas no país. Ao contrário disso, os jovens intelectuais da Polop partiam de uma análise segundo a qual a luta contra os elementos pré-capitalistas da sociedade, como a estrutura agrária, “contra o imperialismo e pela implantação da democracia não poderiam se dar nos marcos de um capitalismo democrático, tal como o PCB e o ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros] defendiam”.⁷ Nesse caminho, a revolução socialista aparecia como necessidade inadiável para resolução dos problemas da classe trabalhadora. A estratégia revolucionária, por sua vez, retomava claramente o modelo bolchevique de revolução e propunha a insurreição de massas, liderada pela classe operária como caminho para se chegar ao socialismo. Ruy Mauro Marini, um dos fundadores da organização, resume a proposta inicial da Polop:

Nossa concepção estratégica geral era a de que a revolução seria violenta, com a tomada do poder concretizada por uma insurreição proletária urbana. A base do poder armado seria constituída pelas camadas inferiores das forças armadas burguesas, fracionadas horizontalmente no quadro de aguçamento da crise institucional.⁸

⁶ Sobre as influências intelectuais do grupo, ver: REIS, Daniel Aarão, op. cit.; GARCIA, M. A. op. cit.

⁷ DOS SANTOS, Theotonio, apud MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 68.

⁸ Apud LEAL, L. P, op. cit., p. 214.

Para a implementação desse programa, a Polop apontaria a necessidade da criação de um verdadeiro partido operário que aplicasse construtivamente o marxismo, uma vez que a “velha esquerda” mostrara-se incapaz de fazê-lo.⁹ O partido deveria surgir da nova geração revolucionária, que demonstrava a sua existência em atuações nas crises políticas do governo João Goulart, nas universidades, nas fábricas e nas ruas, tomando as iniciativas “de luta anti-imperialistas, que propaga as ideias da revolução cubana e defende os precários direitos democráticos quando ameaçados por golpes de direita”.¹⁰

As teses da Polop, apresentadas em um cenário dominado pelas ideias nacionalistas, eram “assimiladas ou combatidas com vigor”,¹¹ mas não passavam despercebidas. Isso porque, ao surgir, a organização centrou suas críticas no nacionalismo e na falta de independências das esquerdas frente à burguesia nacional, em clara alusão ao PCB e ao ISEB. Assim, já em 1959, um de seus principais ideólogos, Eric Sachs, apontava as implicações do nacionalismo para a luta revolucionária. Para o dirigente comunista, na prática, o dilema entre nacionalismo e internacionalismo se traduzia na alternativa “Partido Nacionalista” ou “Partido Operário”, sendo que no primeiro caso o proletariado ficaria sob a tutela da burguesia, enquanto no segundo poderia se organizar de forma autônoma. Para Sachs, as consequências da escolha eram claras:

⁹ Uma seleção de documentos da POLOP, a partir dos quais podemos acompanhar as suas propostas políticas e ideológicas no período, podem ser consultados em Centro de Estudos Victor Meyer (Org.). *Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009.

¹⁰ O nome e o programa. *Política Operária*, n. 1, jan. de 1962. (Trata-se do primeiro número do jornal da organização, que circulou como boletim antes da formação oficial do grupo). Circulou também como jornal mensal e depois como revista. Por fim, circularia como jornal semanal, de janeiro a abril de 1964 e, clandestinamente, até 1984. Ver sobre o assunto, LEAL, L.P. Op. cit., p. 35.

¹¹ GARCIA, M. A, op.

se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela burguesa sobre o movimento operário e a renúncia às reivindicações de classe do proletariado que só podem impor-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos esta solução nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento 'antiimperialista' que nessas condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente de suas irmãs que nasceram antes e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis.¹²

É necessário esclarecer que a Polop não se considerava necessariamente o partido de vanguarda, mas propunha uma frente política da cidade e do campo, a partir da qual ele deveria nascer. Outra característica importante da organização é que ela apontava como tarefa principal naquele momento "dar consciência ao proletariado", uma vez que se estava em uma fase de preparação revolucionária, devendo assim o trabalho se voltar para a propaganda e atividades de organização proletária.¹³

Foi, portanto, num contexto no qual se encontrava em luta contra o "reformismo" e o "nacionalismo", trazendo à tona análises e propostas inovadoras para o cenário político das esquerdas, que a Polop se aproximou mais intensamente do fenômeno revolucionário cubano. Como veremos, em um primeiro momento, Cuba aparece em suas análises como mais um elemento no conturbado jogo da revolução latino-americana. Após o Golpe de 1964, entretanto, muitos militantes Polopistas se sentiram atraídos pelo foquismo, o que levou a organização a uma profunda crise política e organizacional.

¹² SACHS, Eric, Apud GARCIA, M. A. op. cit.

¹³ Perspectivas da luta de classes no Brasil. (Tese aprovada no II congresso), *Política operária* (revista bimensal), n. 6, março-abril de 1962, p. 38.

Cuba: anti-imperialismo e revolução

É inegável que a Revolução Cubana esteve presente no debate teórico e ideológico da ORM-Polop. Um dos seus fundadores, por exemplo, afirma a sua importância como um marco histórico que cerca a origem do grupo.¹⁴ Além disso, desde antes de seu surgimento, seus principais ideólogos já se debruçavam sobre os caminhos da revolução em Cuba. Entretanto, estava ainda longe o momento em que o foquismo apareceria em seu interior como uma alternativa de luta contra a ditadura e pelo socialismo. Entre 1960 e 1962, os membros da organização estavam preocupados em entender o processo revolucionário cubano e o papel de Cuba no cenário político latino-americano e da guerra fria.¹⁵

Nessa perspectiva, entre novembro e dezembro de 1960, Ruy Mauro Marini escreveu uma série de três artigos para o jornal *O Metropolitano* sobre a Revolução Cubana, ressaltando que Cuba teria demonstrado que “anti-imperialismo e revolução social nada mais são que aspectos de uma só realidade”.¹⁶ O documento de convocação de seu Congresso de fundação afirmava que o “exemplo de Cuba indica hoje os rumos da revolução na América Latina”. Além disso, se o anti-imperialismo latente no hemisfério havia encontrado o seu auge na Guatemala, em Cuba ele reapareceu de forma muito mais radical, na medida em que foi um movimento que nasceu da classe média, mas estava tomando medidas “que ultrapassavam os métodos tradicionais da pequena-burguesia latino-americana e, no campo externo, aceita ajuda material do mudo socialista para sobreviver”.¹⁷

Enfim, no primeiro número do jornal *Política Operária*, a organização afirmava que Cuba preocupava o imperialismo

¹⁴ SADER, Emir, apud LEAL, L. P. p. 129.

¹⁵ Ver a esse respeito os artigos: Kruchtchiov e a defesa da Revolução Cubana. *Política Operária*. Boletim n. 4, 1962 e Coexistência pacífica e guerra de classe. *Política Operária*. Boletim n. 5, 1962.

¹⁶ Ruy Mauro Marini. A verdadeira face da revolução. *O metropolitano*, 25 dez.1960.

¹⁷ Apud LEAL, L. P. p. 158.

porque havia destruído algumas teses correntes, como a da onipotência dos Estados Unidos e do desenvolvimento burguês, “pois mostrou que o subdesenvolvimento econômico ainda não implica em subdesenvolvimento político”. Além disso, ela continuava a dar aos trabalhadores “aulas práticas de luta de classes”.¹⁸

No que diz respeito aos aspectos mais polêmicos da estratégia revolucionária cubana, como a utilização da guerra de guerrilhas, a Polop os trataria com bastante cautela. Por exemplo, em abril de 1962 foi publicado um artigo no jornal *Política Operária* no qual, ao mesmo tempo em que se analisa o livro recém-lançado no Brasil de Che Guevara – *Guerra de guerrilhas* – indica também o tipo de leitura que a organização fazia da luta armada no período anterior ao Golpe de 1964.

O texto aponta que a Revolução Cubana trouxe ensinamentos sobre a estratégia e a tática da insurreição no continente americano, embora seu aproveitamento ainda estivesse apenas no início. Entre as principais contribuições da experiência cubana à dinâmica dos movimentos sociais, estariam aquelas indicadas por Guevara em seu escrito: 1. As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército regular; 2. Nem sempre se faz necessário esperar que se deem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode criá-las; 3. Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.¹⁹

As contribuições da Revolução Cubana apresentadas acima, ainda segundo a Polop, deveriam ser examinadas com cuidado para evitar interpretações equivocadas, afinal o próprio Guevara advertia que em países onde existissem governos representativos não se poderia iniciar a luta guerrilheira. Além disso, devia-se lembrar das condições peculiares de Cuba no momento em que eclodiu a revolução: “o país não tinha passado por um processo

¹⁸ Terceiro aniversário da Revolução Cubana. *Política operária*, n. 1, jan. de 1962. Sobre o apoio da Polop a Revolução Cubana, ver ainda no mesmo jornal o artigo “Moção de solidariedade a Cuba de Fidel Castro”.

¹⁹ A propósito da “Guerra de guerrilhas”, Ver *Política Operária*, n. 2, abril de 1962.

de industrialização”; “toda a sua economia girava em torno do açúcar”; as classes dominantes foram incapazes de minimizar os problemas sociais através de reformas, recorrendo à ditadura de Batista. Além disso, “por viver praticamente do açúcar”, a guerrilha pôde desestabilizar o país ao atacar a produção de cana-de-açúcar. No final, o ditador Batista, desgastado pela longa permanência no poder e pelos graves problemas enfrentados pela economia, agravados pelo embate com a guerrilha, não conseguiu apoio suficiente para fazer frente ao movimento revolucionário.²⁰

Para a Polop, as condições acima apontadas dificilmente se repetiriam, “em futuro próximo”, na América Latina. Tal impossibilidade se devia, em primeiro lugar, à criação de “fatos consumados” pela Revolução Cubana, o que seria facilmente detectado em outro movimento. Além disso, o Movimento 26 de julho pôde desenvolver a sua luta sem levantar suspeitas, mesmo dos EUA. Agora o fator surpresa desaparecera e qualquer revolução nos países da América Central levaria à intervenção americana imediata. Enfim, o grupo lembra que em muitos países do continente as burguesias estariam se dispondo a resolver o problema agrário para eliminar a tensão revolucionária, o que retiraria desses países o papel preponderante que a guerrilha teve em Cuba.²¹

O agrupamento conclui a análise sobre a guerra de guerrilha afirmando que sociedades mais complexas eram mais sensíveis à conjuntura econômica capitalista, não sendo preponderantes apenas as questões estritamente nacionais. Lembraria ainda que em países como Brasil, Argentina e Chile, as possibilidades legais, às quais se refere Guevara, não estavam esgotadas. Deste modo, o exemplo da revolução em Cuba, apesar da importante contribuição, não bastaria para enfrentar os problemas da luta revolucionária em países mais desenvolvidos, sendo, portanto, essencial considerar os aspectos nacionais para não cair no erro da transplantação mecânica da experiência cubana.²²

²⁰ Ibidem.

²¹ *Política Operária*, n. 2, abril de 1962.

²² Ibidem.

Como podemos perceber, a Polop, neste momento, não vê o exemplo de Cuba como caminho viável para países como o Brasil, análise que perduraria pelo menos até o Golpe de 1964. Nesse caminho, no início de 1963, a organização resume os aspectos mais importantes da experiência cubana: 1. Destruiu velhos mitos que entravavam o movimento latino-americano, como o da impossibilidade prática de êxito devido à proximidade geográfica dos EUA, ou da exigência de uma ação conjugada de classes, com destaque para o papel das burguesias nacionais; 2. Colocou, perante às esquerdas e às massas do continente, o problema da conquista do poder político; 3. Radicalizou as posições de todas as classes em relação ao imperialismo norte-americano, forçando a uma tomada de posição, seja a favor ou contra os EUA; 4. Destruiu a ideia de *chasse gardée* que os Estados Unidos emprestavam à América Latina, liquidando a Doutrina Monroe e deslocando o hemisfério para o centro do conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista; 5. Mostrou para as esquerdas novas perspectivas de ação, independentemente dos organismos tradicionais; 6. Reabilitou o marxismo-leninismo no continente, liquidando os preconceitos que o consideravam incompatível com a situação econômica e as tradições dos povos latino-americanos; 7. Inaugurou um novo centro de ação e elaboração marxista no conjunto do comunismo mundial, ligado diretamente às necessidades do movimento revolucionário latino-americano.²³

Essa seria a tônica da relação que o grupo estabeleceu com as ideias cubanas no pré-1964: apoio ao projeto revolucionário cubano em seus aspectos mais amplos de luta contra o imperialismo, fortalecendo a própria posição da organização no Brasil, que estava em luta contra a corrente nacionalista e reformista. A Polop ressalta, assim, os aspectos de ruptura representados pela experiência cubana. Em sua leitura, as características anti-imperialistas e revolucionárias eram mais relevantes do que o caráter nacional do processo cubano. Essa leitura do processo cubano ajuda a explicar como a Polop, que

²³ CAYO, Luis. O papel das esquerdas no Brasil. *Revista Política operária*, p. 22-30, n. 5, jan. - fev. de 1963.

internamente combatia o nacionalismo, podia aderir às ideias oriundas de uma revolução que teve em sua origem um forte elemento nacionalista. Nas palavras de um de seus fundadores:

à medida que começou a radicalizar ideologicamente, a condenar a concepção da revolução democrático-burguesa na América Latina, a colocar a questão da revolução socialista, a negar o papel da burguesia nacional, a Revolução Cubana fortalecia as nossas posições. [...] A Revolução Cubana deu também o exemplo de um socialismo que ainda não estava estratificado pela burocracia.²⁴

O Golpe de 1964 levou a Polop a destacar aspectos da experiência revolucionária cubana que até então haviam sido tratados com cautela. Se até 1964 a organização pôde desempenhar um papel fundamentalmente teórico, de crítica às organizações e projetos então existentes, havia chegado a hora dela própria partir para a ação. Nesse momento, a guerra de guerrilha passa a ser considerada como um caminho necessário na luta pelo socialismo nas condições impostas pela Ditadura Militar, e torna-se, paulatinamente, o centro das discussões e divergências internas da organização.

Do foco de Copacabana ao foco catalisador

“Até o golpe, éramos contra o foco guerrilheiro. Com o golpe, o assumimos teórica e praticamente como propagandístico e catalisador”. Assim definiu Ruy Mauro Marini a aproximação da organização em relação ao foquismo. Para ele, o objetivo era erguer uma bandeira que fosse capaz de “reagrupar forças do movimento operário em dispersão e catalisar o descontentamento

²⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, apud MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 69. Outro fundador da POLOP, Michael Löwy, também ressalta o papel da Revolução Cubana no período, que fortaleceu as posições da organização diante do PCB, sobretudo no que diz respeito à bandeira socialista. (Entrevista de Michael Löwy ao autor. São Paulo, 26 set. 2005).

com o golpe, inclusive no interior das forças armadas para depois fracioná-las horizontalmente.” Ainda para Marini, essa concepção do foco se mantinha dentro da “estratégia geral da insurreição”.²⁵

A explicação de Marini resume a avaliação que a Polop fez após o golpe de 1964 de que era possível articular a sua proposta de insurreição urbana com a ideia do foco revolucionário. Entretanto, o que percebemos, tanto em sua prática, quanto em suas elaborações teóricas, é que a organização vai se aproximando cada vez mais da concepção clássica do foquismo e, por consequência, se afastando de sua estratégia original. Podemos perceber esse movimento, por exemplo, no episódio conhecido como Foco de Copacabana, passando pelas elaborações das chamadas “Teses Tiradentes” até chegar às elaborações do seu VI Congresso, realizado em 1967, no qual se procurou, sem sucesso, amalgamar foquismo e insurreição de massas.

O pejorativamente chamado “Foco de Copacabana” foi a tentativa frustrada da Polop, logo após o golpe de 1964, de organizar uma resistência armada ao regime militar. Os planos, porém, foram descobertos por agentes policiais infiltrados ainda na fase preparatória, tendo seus participantes sido presos. Talvez não seja o caso de procurar relacionar as ideias cubanas a esta tentativa do grupo pegar em armas contra a ditadura, uma vez que a organização, até o golpe, não via no foquismo um caminho adequado para a revolução brasileira. Assim, é pouco provável que em alguns meses fosse possível modificar as suas concepções políticas a respeito da luta armada, o que viria a fazer nos dois anos posteriores.

O entendimento do episódio do Foco de Copacabana deve ser buscado na própria trajetória da Polop, mais especificamente em sua atuação junto aos militares de baixa patente no período anterior a 1964. Como bem apontou Marcelo Badaró Mattos,²⁶ pela própria concepção insurrecional derivada da experiência

²⁵ MARINI, Rui Mauro, apud LEAL, L. P., p. 214.

²⁶ MATTOS, M. B., op. cit., p. 194.

rusa, era natural que a proposta de unidade entre operários, camponeses e militares estivesse presente nas preocupações da organização e, no mesmo sentido, a sua atuação junto aos militares recebesse atenção especial. Nesse caminho, a Polop teve influente participação no movimento dos marinheiros e sargentos no período que antecede o golpe, ganhando com isso um expressivo contingente de militantes de origem militar. Basta lembrar, por exemplo, que dos processados pela Ditadura Militar acusados de pertencerem à organização, 20% tinham origem militar, enquanto nas outras organizações a média era de 3,2%.²⁷

As discussões ideológicas no interior da Polop sobre a viabilidade da luta armada apareceriam mais claramente em abril de 1966 no documento intitulado “Teses Tiradentes”, enumeradas de um a dez. A tese número oito versava sobre a luta contra a ditadura, com destaque para o caminho armado. No essencial, a organização inseria o papel da guerrilha em sua estratégia geral de luta revolucionária, que contemplava a aliança operário-camponesa e, principalmente, o movimento proletário nas cidades. Insistia ainda que a experiência da América Latina teria demonstrado que a guerrilha “por si só não faz milagre, como frequentemente se está inclinado a acreditar”. Enfim, segundo a Polop, a luta armada deveria preencher alguns requisitos para se adequar aos objetivos de combate contra o regime militar:

- a) garantir a sua sobrevivência militar, e isso supõe que b) vá ao encontro das aspirações imediatas dos camponeses que terá que mobilizar, direta e indiretamente; mas sua função em escala nacional só se preencherá se c) se identificar politicamente com o movimento proletário das cidades, cujo despertar é indispensável

²⁷ Para as cifras, ver *Ibidem*, p. 188. Sobre o movimento dos militares de baixa patente, ver: PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. RODRIGUES, Flávio Luis. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004. COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

para o processo revolucionário. A guerrilha tem uma função eminentemente política: a de conquistar, mediante a ação revolucionária, a autoridade de liderança das massas exploradas do país.²⁸

Como se percebe, a Polop, em 1966, passa a apontar a guerrilha como elemento de sua estratégia revolucionária, inserindo-a em sua concepção mais ampla de revolução, ainda que com ressalvas. Em outras palavras, o foco aparecia subordinado à questão política e à luta de classes. A difícil relação da organização com o foquismo demonstra os próprios impasses políticos do grupo no período pós-golpe. Momento esse que pedia uma atuação efetiva contra a ditadura de uma organização que até então pouco tinha feito em termos práticos, e que teve que começar quando a luta armada estava na ordem do dia entre os grupos de esquerda que surgiram em oposição ou das cisões do PCB.

Segundo Éder Sader, no início de 1966 a direção da Polop fez um balanço da questão armada e propôs que a guerrilha fosse vista num prazo mais longo. Entretanto, a concepção de um foco guerrilheiro, catalisador de uma luta insurrecional, “permanece como uma peça chave na arquitetura teórica de nossa estratégia, ocupando um lugar que sem ele [o foco] ficaria vazio”.²⁹ Outro exemplo dos impasses da organização no que diz respeito ao foquismo pode ser visto nas matérias publicadas em seu jornal. Enquanto se falava em foco catalisador nos documentos programáticos, as manchetes de seu periódico não faziam qualquer referência à luta armada. Na edição de 24 de novembro, a organização conclamava: “Lutemos pela frente de esquerda revolucionária, pela Organização dos operários em Comitês de empresa, pela Mobilização dos trabalhadores para

²⁸ Apud LEAL, L. P, op. cit., p. 159-160.

²⁹ VILLA, Raul (Éder Sader). Para um balanço da P. O. *Brasil Socialista*, n. 7, outubro de 1976, p. 13.

sua luta revolucionária contra a ditadura.”³⁰ Na semana seguinte, indicava uma “revolução comandada pelos trabalhadores da cidade e do campo que destrua o poder econômico e político do grande capital e inicie a construção de uma sociedade socialista no Brasil.”³¹

Ao mesmo tempo em que fazia as propostas acima, claramente voltadas para o trabalho de massas, em uma Resolução Política de 1966 afirmava que a derrota das classes dominantes exigia uma luta revolucionária das classes trabalhadoras, e este objetivo pedia antes um “foco insurrecional” que lhe criasse as condições. Isso porque, na situação de descrédito que se encontravam as esquerdas, em função de seu reformismo no passado, a luta de massas necessitava de um novo centro do qual surgisse a direção para a revolução social. Além disso, pela própria necessidade de destruir o aparelho armado da repressão, a guerra de guerrilha se impunha como necessidade, uma vez que se trataria de uma forma de luta que “se inicia com um pequeno núcleo inicial de combatentes que cresce e se fortalece à medida que golpeia o exército dominante e em que se identifica com os interesses das massas oprimidas do país”. Mais adiante, ainda demonstrando os impasses em se aceitar a teoria foquista, acrescenta a Resolução que num país como o Brasil, onde a hegemonia deveria pertencer ao proletariado,³² não caberia uma tática insurrecional qualquer: “o que visamos – e só o que poderá mudar a qualidade da luta no Brasil – é uma insurreição que cria uma *força armada dos trabalhadores*”.³³

A aproximação e aceitação por parte da Polop da teoria clássica do foco, ou seja, de que um grupo de militantes, ao iniciar a guerrilha, poderia impulsionar o processo revolucionário, se deu no decorrer de 1967. Podemos perceber essa gradual

³⁰ *Política Operária* (informe nacional n. 48), 18 de nov. de 1966.

³¹ *Política Operária* (informe nacional n. 49), 28 de nov. de 1966.

³² Conforme apontamos no início do texto, as propostas da POLOP se inspiravam em grande parte na experiência da Revolução Russa. Nesse sentido, ainda que outros setores sociais pudessem participar da luta armada, a sua direção deveria pertencer ao proletariado.

³³ Resolução Política, abr. de 1966. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 18, caixa 10. doc. 2).

adesão ao foquismo, em primeiro lugar, na mudança da tônica sobre a questão em sua imprensa periódica e, em seguida, em seus próprios documentos programáticos. Assim, a organização, em abril, ao comentar o episódio que envolveu a chamada “guerrilha do Caparaó,”³⁴ afirmava a sua “simpatia” pela decisão dos participantes de derrubar a ditadura, e “desencanto” pela falta “de maior decisão e firmeza dos primeiros lutadores presos”.³⁵ Em maio, apontava que “quando a voz de Cuba se estende novamente pelo continente, as guerrilhas obtêm vitórias na Bolívia, Venezuela e Guatemala, que ainda no Brasil a experiência de Caparaó mostra que é possível enfrentar as forças da reação”.³⁶ Em julho, ressaltava o papel fundamental da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), principalmente por desmascarar os revisionistas e impulsionar a luta revolucionária.³⁷

A aproximação do foquismo nos documentos e discussões internas será ainda mais patente. Em julho de 1967, circulou entre os militantes um documento intitulado *Aonde vamos?* De autoria de Ernesto Martins (Eric Sachs), um dos principais dirigentes da Polop, o texto, dividido em quatro partes, dedicou seu último capítulo, intitulado *Foco e revolução*, à problemática da luta armada. Ainda que inicialmente faça ressalvas de que a guerrilha não traz resultados milagrosos e que não pode ser fruto de atos individuais, mas sim parte de um movimento de massas, o documento acaba por aceitar aspectos fundamentais da teoria foquista, particularmente no que diz respeito ao voluntarismo político. Nesse caminho, no que concerne às condições para o surgimento da luta armada, afirma Sachs,

³⁴ COSTA, José Caldas da, op. cit.

³⁵ A guerrilha no Brasil. *Política Operária* (informe nacional n. 59), 8 abr. 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 20, caixa 11. doc.14).

³⁶ Ação da esquerda. *Política Operária* (informe nacional n. 61), 21 mai. 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 20, caixa 11. doc. 15.)

³⁷ A revolução latino-americana e a conferência da OLAS. *Política Operária* (informe nacional n. 65) 22 jul. 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 20, caixa 11. doc. 19).

a experiência mostra [...] que os movimentos de guerrilha surgiram em fases de recesso do ciclo revolucionário, em momento de aparente consolidação da contra-ditadura [...] Em Cuba, o período de luta foi muito mais curto, mas foi igualmente a ação de guerrilha que cristalizou e formou o movimento de massas. Isso foi possível porque a luta de guerrilha requer recursos relativamente pequenos para iniciar a ação contra as Forças Armadas regulares muito superiores. O que decidiu a sobrevivência e posterior vitória – além das condições objetivas favoráveis – foram fatores qualitativos: consciência e moral política e objetivos de luta definidos.³⁸

Em resposta àqueles que eram contrários ao desencadeamento da guerrilha sem que houvesse um movimento de massas em ascensão, o autor defende que esse tipo de restrição, “que não se alimenta em nenhuma experiência real”, equivaleria, na verdade, “a um antiguerrilherismo envergonhado”.³⁹ No que diz respeito à direção do movimento, Sachs afirma que o importante é a presença de uma vanguarda com concepções políticas definidas, não necessariamente de um partido, o qual deve se formar no decorrer da luta.⁴⁰ Enfim, o documento de Sachs não deixaria de expressar a grande dificuldade em mesclar estratégias tão distintas como a insurreição proletária e o foquismo, indefinições que, aliás, estarão presentes nas cisões que a Polop sofreu logo após a realização de seu IV Congresso:

³⁸ MARTINS, Ernesto (Eric Sachs). Aonde vamos? (IV). Foco e revolução, julho de 1967, p. 2. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 18, caixa 10. doc. 7.)

³⁹ Ibidem, p. 6. Ernesto Martins escreveria ainda um artigo especificamente para responder aos setores da POLOP que eram contrários ao esquema guerrilheiro, e que propunham uma ação concentrada nos sindicatos e predominantemente legal. Neste caso, trata-se da resposta a um documento assinado por Fernando Machado intitulado “Do economicismo prático ao foquismo teórico”. Ver MARTINS, Ernesto (Eric Sachs). “Mais uma vez a pequena burguesia”, mai. 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 18, doc. 4.).

⁴⁰ Ernesto Martins (Eric Sachs). Aonde Vamos ? (IV). Foco e revolução, julho de 1967, op. cit., p. 6.

nas condições em que a luta se desenvolverá no país, em que a ação da guerrilha não se pode limitar à mobilização de camponeses e que se impõem a formação de um partido revolucionário nos centros do proletariado industrial, não podemos querer deslocar de antemão a direção do movimento para o foco. Ela tem de estar na cidade, tem de estar presente na ação dos militares e na luta de classes, tem de coordenar a luta de classe na cidade e no campo, guiada pelos objetivos políticos da revolução no país e vilas por uma estratégia geral que garanta a vitória final. Esta se dará quando a guerra de guerrilha desembocar numa insurreição do proletariado, que lidera as massas exploradas do país contra a reação interna e a intervenção imperialista.⁴¹

Mais um exemplo da simpatia da Polop em relação ao foquismo, ainda que com as restrições apontadas acima, pode ser visto pela acolhida favorável que teve o livro de Régis Debray, *Revolução na revolução?*. Segundo Raul Villa (Éder Sader), mesmo não compartilhando com as simplificações e investidas de Debray ao leninismo, a Polop recebeu bem o livro de Debray: “nós julgamos que ele exerceria uma influência positiva num ambiente – interno e externo – antiguerrilherista que procurávamos vencer”⁴².

Em setembro de 1967, a Polop realizou seu IV Congresso, no qual foi apresentado o documento *Programa socialista para o Brasil*, sintetizando discussões que estavam em curso desde o Golpe de 1964. Um dos temas fundamentais do documento era exatamente o papel da luta armada, em sua forma de guerra de guerrilha, na estratégia revolucionária da organização. Aqui, como em outros documentos que analisamos no decorrer deste

⁴¹ Ibidem, p. 8.

⁴² VILLA, Raul (Éder Sader). Para um balanço da P.O., op. cit., p. 15. Ainda sobre a acolhida favorável do livro de Debray, ver o um texto escrito por Ernesto Martins (Eric Sachs). Luta armada e luta de classes. *Marxismo militante*, n. 1, 1968, p. 10-32. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 21, doc. 1). É importante lembrar que o texto de Eric Sachs foi publicado já em uma segunda fase da história da POLOP, quando esta tinha sofrido várias cisões. Ainda assim, o artigo é representativo das ideias que circulavam na organização no segundo semestre de 1967.

artigo, a Polop demonstraria definitivamente que pretendia unir insurreição de massas e foquismo em sua luta política, o que viria, certamente, com uma forte influência da experiência cubana. O último parágrafo do documento não deixa dúvida sobre o papel desempenhado pelas ideias cubanas nas discussões e na elaboração do projeto político da Polop:

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a continuação do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo. Será essa a nossa contribuição decisiva para a construção de uma nova sociedade no mundo, liberta para sempre da exploração do homem pelo homem. Ao mobilizar os operários sob a bandeira da luta de classes ouvir-se-á, também, dos rincões deste país, o brado da guerra: PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAISES, UNI-VOS!⁴³

A definição da Polop a respeito da luta armada foi um dos temas mais controversos das discussões de seu IV Congresso. Enquanto alguns achavam insuficientes os preparativos efetivos para o desencadeamento da guerrilha, outros defendiam a necessidade do trabalho junto aos sindicatos, abandonando o projeto guerrilheiro. No final, por motivos diferentes, um número grande de militantes era contrário à adoção do *Programa socialista para o Brasil*. Contra o projeto, na interpretação de Éder Sader, havia uma proposta de libertação nacional, por parte do grupo do

⁴³ Programa socialista para o Brasil, set. 1967. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SA, Jair Ferreira de. (Org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações de esquerda no Brasil dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 116.

Rio de Janeiro, e outra voltada para uma revolução democrático-burguesa, oriunda de militantes de Minas Gerais. Um terceiro projeto teria sido apresentado pelo grupo de São Paulo, “recém-ganho pelo foquismo”, que apresentou um conjunto de teses “que se limitavam a transcrever as posições da OLAS (realizada em agosto), logrando com isso aglutinar as outras tendências de oposição”.⁴⁴

O resultado da votação final não podia ser mais revelador do enfraquecimento do poder da direção do Polop. Os defensores do *Programa Socialista para o Brasil* venceram por 16 votos a 14. A estreita margem de diferença entre votos foi o primeiro passo para as cisões que a organização viria a sofrer nos meses seguintes. Neste caso, a influência do foquismo no debate interno é inegável, o que pode ser percebido pela própria discussão congressual e, principalmente, no caminho que os militantes descontentes seguiram após saírem da organização. De fato, excetuando uma parte do núcleo dirigente que manteve a defesa do *Programa Socialista para o Brasil*, a maioria dos militantes criou organizações que propunham a luta armada como tarefa imediata. Por exemplo, membros egressos da Polop estão presentes na fundação de duas organizações que estão entre as mais representativas do foquismo no Brasil. São os casos dos Comandos de Libertação Nacional (COLINA),⁴⁵ formado basicamente pelos militantes oriundos de Minas Gerais, e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), criada por militantes paulistas. Em ambas as organizações, as ideias oriundas de Cuba, principalmente no que diz respeito ao papel da luta armada, seria um de seus pilares ideológicos.

⁴⁴ VILLA, Raul (Éder Sader). Para um balanço da P.O., op. cit., p. 15.

⁴⁵ Para o caso dos Comandos de Libertação Nacional, organização criada a partir de Minas Gerais, ver: LEITE, Isabel Cristina. Comandos de Libertação Nacional. Oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969). Dissertação de mestrado em História. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, BH, 2009. Ver ainda, para o caso mineiro: PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996 e PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986. Para uma discussão sobre a presença da Polop na Bahia, ver: JOSÉ, Emiliano. Galeria F: lembranças do mar cinzento. Vol. 3: *Victor Meyer, um revolucionário*. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

